



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO 1º CAO

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 27 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3179/2016.

Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas - SIMPEAL.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DPO/DCF para atualizar a informação acerca do impacto orçamentário e financeiro.

Proc: 3164/2017.

Interessado: Dra. Alba Nívea de Barros Mendes, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de aposentadoria.

Despacho: Remetam-se os presentes autos ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas para os fins de direito.

Proc: 4050/2017.

Interessado: Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se a este o Proc. 4293/2017. Em seguida, diante do conflito positivo de atribuição suscitado pela 62ª Promotoria de Justiça da Capital, oficie-se na forma da lei aplicável a espécie. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4412/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo

Assunto: Solicitando providências

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para aquisição de condicionador de ar, constante na Ata de Registro de Preços nº 21/PJ/2017, do Pregão Eletrônico nº 15/PJ/2017, para atender as necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis".

Proc: 4477/2017

Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAGE

Assunto: Termo de abertura do projeto

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Pedido de Providências. Termo de abertura do projeto "Reintrodução do Mutum-de-Alagoas". Elaboração consoante metodologia adotada pela ASPLAGE, alinhamento ao Planejamento Estratégico 2011-2022 e endossado pelo responsável pelo objetivo estratégico. Parecer favorável do Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica. Informação da existência de disponibilidade financeira e orçamentária para atendimento das propostas inseridas no projeto. Inexistência de vedação legal. Poder discricionário da Administração Pública".

Proc: 4568/2017.

Interessado: Dra. Delma Maria Costa de A. Pantaleão, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 4598/2017.

Interessado: Dr. Cláudio José Brandão Sá, Promotor de Justiça/Vice-Diretor de Planejamento da Escola Superior do Ministério Público.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente. Remeta-se cópia à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público. Em seguida, evoluam os autos à Diretoria de Pessoal para as devidas anotações e arquivamento.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 27 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4407/2017.

Interessado: Dra. Maria Cecília Pontes Carnaúba, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando a edição e respectiva publicação da Portaria PGJ nº 1.169 (doc. 1), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4462/2017.

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando a edição e respectiva publicação do Ato de Nomeação nº 83/2017 (doc. 1), determino a expedição de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Proc: 4473/2017.

Interessado: 24ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da manifestação da DG, à fl. 4, archive-se.

Proc: 4530/2017.

Interessado: Dr. José Artur Melo, Procurador de Justiça.

Assunto: Comunicação de férias.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 4590/2017.

Interessado: Dr. Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto, Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 4591/2017.

Interessado: Dr. Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto, Promotor de Justiça.

Assunto: Comunicação de exercício.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 02.2011.00000003-1.

Interessado: 62ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, bem como sua devolução ao órgão de origem, para a respectiva baixa.

Proc: 02.2017.00003154-8.

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00003396-8.

Interessado: 26ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Providenciado. Arquite-se.

Proc: 02.2017.00003911-8.

Interessado: MEROVEU COSTA JUNIOR.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Matriz do Camaragibe, e de traslado à Promotoria de Justiça de Passo do Camaragibe, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 02.2017.00004491-0.

Interessado: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DETRANS.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2017.00004503-1.

Interessado: IE GARANHUNS.

Assunto: Requerimento de certidão.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 27 de novembro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

PORTARIA PGJ nº 1183, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. GUILHERME DIAMANTARAS DE FIGUEIREDO, Promotor de Justiça de Feira Grande, de 1ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas funções, pela Promotoria de Justiça de Satuba, durante as férias do Promotor de Justiça titular.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1184, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. LUIZ CLÁUDIO BRANCO PIRES, 3º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de Igreja Nova, durante o afastamento do Promotor de Justiça titular, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 1127, de 7 de novembro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1185, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS, 44º Promotor de Justiça da Capital, para a função de Coordenador do Núcleo da Infância e da Juventude do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público – CAOP, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 48, de 3 de janeiro de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1186, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE ratificar os atos praticados pelo Dr. CYRO EDUARDO BLATTER MOREIRA, 39º Promotor de Justiça da Capital e Coordenador do GAESF, na audiência de custódia do preso Arnaldo Higinio Lessa, relativa ao Processo 0800237-37.2017.8.02.9002, realizada no dia 25 de novembro transato.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1187, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MARIA LUÍSA MAIA SANTOS, Promotora de Justiça de Cajueiro, de 1ª entrância, para atuar no Processo nº 0000661-57.2012.8.02.0056, em tramitação na 3ª Vara Criminal de União dos Palmares, com sessão do Tribunal do Júri a ser realizada no dia 30 de novembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1188, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. HERMANN BRITO DE ARAÚJO LIMA JÚNIOR, 5º Promotor de Justiça de São Miguel dos Campos, de 2ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, durante as férias do Promotor de Justiça titular, revogando-se as disposições contidas na Portaria PGJ nº 1.012, de 19 de setembro do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Subprocuradoria-Geral Administrativa Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 27 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 4509/2017

Interessado: Assessoria de Cerimonial desta PGJ.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, fl. 33, archive-se.

Proc: 4510/2017

Interessado: Assessoria de Cerimonial desta PGJ.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, fl. 29, archive-se.

Proc: 4511/2017

Interessado: Assessoria de Cerimonial desta PGJ.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Em face da informação da Diretoria Geral, fl. 22, archive-se.

Proc: 4513/2017.

Interessado: Márcio Antônio Gomes Reis Júnior – Analista desta PGJ.

Assunto: Movimentação excepcional por graduação.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo único da Lei Estadual nº 6774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pedido de movimentação excepcional. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação. Aplicação dos arts. 11 e 13, inciso I e II, todos da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006. Pelo deferimento da progressão – Símbolo PGJ-D – da classe C - referência I para II, por aquisição da estabilidade; e da progressão - Símbolo PGJ-D – da Classe C – referência II para III, por movimentação excepcional (pós-graduação); com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3 da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis.”.

Proc: 4567/2017

Interessado: Diretoria de Contabilidade e Finanças desta PGJ.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Defiro conforme o pedido. À Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 27 de novembro de 2017.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

PORTARIA SPGAI nº 404, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Proc. 4513/2017, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo MÁRCIO ANTÔNIO GOMES REIS JÚNIOR, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, Símbolo PGJ-D, da Classe C, referência I para a referência II, por aquisição de estabilidade e da referência II para a referência III, da mesma Classe, por movimentação excepcional por graduação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL nº 55 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 03/12, resolve desligar do programa “Voluntariado do Ministério

Público de Alagoas” o prestador de serviço voluntário EDSON ISAAC SANTANA DE FRANÇA, lotado na Promotoria de Justiça de Junqueiro e na 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios, com efeitos retroativos a 31/10/2017. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor da ESMP-AL

Corregedoria-Geral do Ministério Público

PORTARIA CGMP/AL Nº 025/2017
PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições previstas no artigo 16, V, da Lei Complementar nº 15/96 e, nos artigos 3º, IX e 53, II, § 2º do Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público;

Considerando que o envio dos autos PGJ nº 4211/2017 pelo Procurador-Geral de Justiça, noticiando a suposta conduta irregular de Membro do Ministério Público Estadual, alegando que o Promotor de Justiça não teria agido com zelo e presteza as suas funções;

Considerando que são deveres dos Membros do Ministério Público desempenhar com zelo e presteza suas funções, nos termos do art. 72, VI da Lei Complementar nº 15/96;

Considerando a suposta violação ao dever funcional do Membro do Ministério Público;

Considerando que o pedido de informação tem caráter preliminar e meramente informativo, visando dar oportunidade ao interessado de se manifestar acerca da irregularidade que lhe é possivelmente atribuída;

RESOLVE:

1. Instaurar Pedido de Informação para apurar eventual falta funcional em decorrência do descumprimento das disposições contidas no art. 72, VI da Lei Complementar nº 15/96;
2. Determinar a autuação e registro da presente portaria;
3. Determinar a publicação desta portaria no Diário Oficial do Estado;
4. Determinar a Secretaria-Geral a expedição de ofício ao Membro do Ministério Público para que este preste as informações, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 53, § 3º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas;
5. O pedido de informação terá o prazo de conclusão de 60 (sessenta dias), nos termos análogos ao artigo 61, § 4º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas.

Cumpra-se

Maceió/AL, 27 de novembro de 2017.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Corregedor-Geral

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 30.11.2017

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na próxima quinta-feira, dia 30.11.2017, às 10 horas, será realizada a sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

– Apreciação da Ata da 35ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2017.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO NA FORMA DIGITALIZADA.

1. Cadastro nº 05.2017.00003759-7. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Inquérito Civil.

2. Cadastro nº 02.2017.00004521-0. Origem: PJ de Paripueira. Assunto: Comunicação de instauração de PP de ICP.

3. Cadastro nº 05.2017.00003773-1. Origem: 4ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Administrativo.

4. Cadastro nº 05.2017.00003774-2. Origem: 14ª PJ da Capital. Assunto: Comunicação de prorrogação de ICP.

5. Cadastro nº 05.2017.00003775-5. Origem: 2ª PJ de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de instauração de PP de ICP.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. PAP 001/2012. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Irregularidades na Câmara Municipal de Arapiraca. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

2. IC nº 06/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

3. IC nº 22/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

4. PGJ/AL 2012/2012. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

5. IC nº 32/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Geraldo Magela Barbosa Pirauá.

6. PGJ/AL 4876/2012. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível dano ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

7. IC nº 29/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

8. IC nº 31/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

9. IC nº 30/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Antiógenes Marques de Lira.

10. IC nº 13/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

11. IC nº 08/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

12. IC nº 09/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

13. IC nº 07/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

14. IC nº 05/2013. Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião. Interessado(a): IBAMA. Assunto: Possível crime ambiental. Relator: Conselheiro Dilmar Lopes Camerino.

15. Proc. PGJ/AL 4298/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Retorno de Vista do Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.

16. Proc. PGJ/AL 4283/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Referendo do declínio de atribuição

para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Valter José de Omena Acioly. Retorno de Vista do Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.

17. PAD 08/04. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ivan Eufrásio Saturnino e outro. Assunto: suposto ato de improbidade administrativa. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Caruaíba.

18. PP Ref. a Notícia de Fato nº 01.2012.00000002-4 (06.2017.00000267-5). Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Ocorrências policiais. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Caruaíba.

19. PGJ/AL 5407/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público do Trabalho. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Caruaíba.

20. PGJ/AL 4870/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Caruaíba.

21. PGJ/AL 4869/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público Estadual. Assunto: Assunto: Referendo do declínio de atribuição para o Ministério Público Federal. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Caruaíba.

22. PGJ/AL 993/2003 (apenso PGJ/AL 295/2004). Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Tribunal de Contas de Alagoas. Assunto: Suposto ato de improbidade administrativa. Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Caruaíba.

Delfino Costa Neto

Promotor de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Nº 06.2017.00001105-2

Promotorias de Justiça

PORTARIA IC Nº 06.2017.00000924-6

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe /AL, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 15/96, e considerando as informações colhidas preliminarmente por esta Promotoria de Justiça, nos autos nº 01.2017.00002046-2, para apurar indícios de irregularidades na prestação de contas do CREAS de Passo de Camaragibe, ano-exercício 2016.

- Considerando que ainda restam diligências a serem cumpridas para correta identificação das falhas e dos autores, o que demanda instrução, devendo a notícia de fato ser encerrada dentro do prazo legal, nos termos da Resolução nº 174/2017 – CNMP.

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7347/85 e na Resolução nº 23 do CNMP, determinando a adoção das seguintes providências:

- Registro, cadastro e autuação, no SAJ-MP;
- Junte-se aos autos as informações e documentos já existentes;
- Requisição de informações ao Município de Passo de Camaragibe / AL e a atual secretaria de Assistência Social;
- Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público / AL, para os fins legais pertinentes à matéria;
- Publicação no DOE/AL.

Publique-se. Cumpra-se.

Passo de Camaragibe /AL, 23 de novembro de 2017

THIAGO CHACON DELGADO

Promotor de Justiça